Research, Society and Development, v. 11, n. 14, e511111436316, 2022
(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36316

Agravamento dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia de COVID-19 no Brasil: Uma revisão sistemática de literatura

Aggravation of cases of Sexual Violence against Children and Adolescents during the COVID-19 Pandemic in Brazil: A systematic review of literature

Agravamiento de los casos de violencia sexual contra niños y adolescentes durante la pandemia de COVID-19 en Brasil: Una revisión sistemática de la literatura

Recebido: 09/10/2022 | Revisado: 27/10/2022 | Aceitado: 30/10/2022 | Publicado: 04/11/2022

Jessica Corrêa Pantoja
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5714-7909
Faculdade Santa Marcelina, Brasil
E-mail: jessicacorreapantoja@gmail.com
Kelly Cristina Gomes
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9000-5662
Faculdade Santa Marcelina, Brasil
E-mail: kellycgomes1997@gmail.com
Luiza Maria Monteiro Canale
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5979-5878
Universidade Nove de Julho, Brasil
E-mail: luizammcanale@gmail.com
Marianna Gerardo Hidalgo Santos Jorge Leite
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5816-1438
Faculdade Santa Marcelina, Brasil
E-mail: mariannaleite97@gmail.com
Alessandra Costa de Lima
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9088-7463
Universidade Nove de Julho, Brasil
E-mail: alessandra.lima89@hotmail.com
Claudia Moreno Secco Hellmeister Bellorio
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3562-1400
Universidade Nove de Julho, Brasil
E-mail: claudiaasecco@gmail.com

Resumo
A violência sexual contra crianças e adolescentes (VSCA) é uma epidemia, que segue trazendo inúmeras consequências para a saúde individual e coletiva. Devido ao agravamento da pandemia, desencadeada pelo vírus SARS-CoV-2, e a fundamentalidade da determinação de medidas restritivas que se iniciaram em março de 2020, evidenciou-se um aumento na vulnerabilidade das vítimas, que se mantiveram distantes de agentes de sua rede de apoio principal, as escolas. Objetivo: Analisar o agravamento dos casos de VSCA durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. Metodologia: Revisão sistemática de caráter qualitativo e exploratório, seguindo o protocolo PRISMA. Resultados: Demonstraram que dentre as vítimas de 0 até 9 anos, as meninas representam 77%, já entre 10 e 19 anos, o sexo feminino (SF) corresponde por 91% dos registros, ou seja, 86,9% das vítimas de abuso sexual infantil são meninas. Quanto aos autores, 85,2% eram conhecidos das vítimas e 96,3% eram do sexo masculino – parentes, pessoas próximas com livre acesso às crianças o que dificultam ainda mais o processo de denúncia. Conclusão: O aumento dos casos é evidente no Brasil, principalmente em crianças e adolescentes do SF, e que o isolamento social limitou a possibilidade de as vítimas acionarem as redes de apoio. Frisa-se que identificação dos grupos vulneráveis e a proteção destes, só ocorre através da sua notificação e do desenvolvimento de políticas públicas em todas as esferas – saúde, assistência social, educação, segurança pública etc. – e é claro, da sociedade civil.
Palavras-chave: Criança e adolescente; Isolamento social; Pandemia; Saúde pública; Violência sexual.

Abstract
Sexual violence against children and adolescents (SVACA) is an epidemic, which continues to have numerous consequences for individual and collective health. Due to the worsening of the pandemic, triggered by the SARS-CoV-2 virus, and the fundamentality of the determination of restrictive measures that began in March 2020, an increase in the vulnerability of the victims was evidenced, who remained distant from agents of their main support network, the schools. Objective: To analyze the aggravation of cases of SVACA during the COVID-19 pandemic in

Brazil. Methodology: Systematic review of qualitative and exploratory character, following the PRISMA protocol. Results: They showed that among the victims aged 0 to 9 years, girls represent 77%, while between 10 and 19 years old, the female sex corresponds to 91% of the records, in other words, 86.9% of the victims of child sexual abuse are girls. As for the perpetrators, 85.2% were known to the victims and 96.3% were male – relatives, close people with free access to children, which make the complaint process even more difficult. Conclusion: The increase in cases is evident in Brazil, especially in female children and adolescents, and that social isolation limited the possibility for victims to seek support networks. It should be noted that the identification of vulnerable groups and their protection only occurs through their notification and the development of public policies in all spheres – health, social assistance, education, public security, etc. – and, of course, civil society.
Keywords: Child and adolescent; Social isolation; Pandemic; Public health; Sexual violence.

Resumen
La violencia sexual contra niños y adolescentes (VSCNA) es una epidemia, que sigue teniendo numerosas consecuencias para la salud individual y colectiva. Debido al recrudecimiento de la pandemia, desencadenada por el virus SARS-CoV-2, y a la fundamental determinación de medidas restrictivas que comenzaron en marzo de 2020, se incrementó la vulnerabilidad de las víctimas, que se mantuvieron alejados de los agentes de su principal red de apoyo, las escuelas. Objetivo: Analizar el empeoramiento de los casos de VSCNA durante la pandemia de COVID-19 en Brasil. Metodología: Revisión sistemática de carácter cualitativo y exploratorio, siguiendo el protocolo PRISMA. Resultados: Demostraron que entre las víctimas de 0 a 9 años, las niñas representan el 77%, mientras que entre los 10 y 19 años, el sexo femenino (SF) representa el 91% de los registros, es decir, 86,9% de las víctimas de abuso sexual infantil son niñas. En cuanto a los perpetradores, 85,2% eran conocidos de las víctimas y 96,3% eran hombres – familiares, personas cercanas con libre acceso a los niños, lo que dificulta aún más el proceso de denuncia. Conclusión: Es evidente el aumento de casos en Brasil, especialmente en niños y adolescentes del SF, y que el aislamiento social limitó la posibilidad de las víctimas de buscar redes de apoyo. Se enfatiza que la identificación de los grupos vulnerables y su protección sólo ocurre a través de su notificación y el desarrollo de políticas públicas en todos los ámbitos – salud, asistencia social, educación, seguridad pública, etc. – y, por supuesto, la sociedad civil.
Palabras clave: Niño y adolescente; Aislamiento social; Pandemia; Salud pública; Violencia sexual.

1. Introdução

A violência sexual contra crianças e adolescentes (VSCA)[1] é uma epidemia, que segue trazendo inúmeras consequências para a saúde individual e coletiva. Devido ao agravamento da pandemia, desencadeada pelo vírus SARS-CoV-2, e a fundamentalidade da determinação de medidas restritivas que se iniciaram em março de 2020, evidenciou-se um aumento na vulnerabilidade das vítimas, que se mantiveram distantes de agentes de sua rede de apoio principal, as escolas.

> O abuso sexual no ambiente doméstico contra crianças e adolescentes ainda é um fenômeno social grave que atinge todas as idades, classes sociais, etnias, religiões, culturas e limitações individuais. Esse tipo de violência acontece em um ambiente relacional favorável, às expensas da confiança que a vítima deposita no abusador que, aproveitando-se da ingenuidade da criança ou adolescente, pratica a violência de forma repetitiva, insidiosa, fazendo crer que ela, a vítima, é culpada por ser abusada (Baptista et al., 2008).

A pesquisa possui como temática uma revisão sistemática de literatura sobre a VSCA. A delimitação da investigação está estruturada no atual contexto da acentuação das práticas de violência sexual durante o período geracional da infância, como implicação da pandemia de COVID-19 no Brasil, justificando-se em razão das políticas de saúde, o que determina a fundamentalidade de avanços científicos.

> Em diversos países, incluindo o Brasil, durante o período de distanciamento social, ocorreu aumento do número de casos de violência contra a mulher e contra crianças e adolescentes, principalmente em famílias de baixa renda. Além disso, instituições em que muitas vezes as diversas formas de violências são identificadas e denunciadas, como escolas, creches, igrejas e unidades básicas de saúde estavam fechadas, contribuindo para a manutenção da situação de violência (Santos et al., 2022).

[1] Segundo o Artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 – ECA), criança é o ser com idade entre 0 a 12 anos e adolescente, é aquele que conta entre 12 e 18 anos.

O objetivo geral é analisar o agravamento dos casos de VSCA durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. E os objetivos específicos são: verificar as causas e os agressores; apresentar o contexto dos agravamentos durante a pandemia e seus impactos nas políticas públicas.

2. Metodologia

Para a realização desta sistemática de caráter qualitativo e exploratório, a pesquisa partiu dos questionamentos fundamentais: "Por que tem se evidenciado um aumento nos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia de COVID-19?" e "O que ocasionou esse possível aumento no número de casos?", sendo baseados no modelo Population, Intervention, Comparison, Outcome (PICO), usados frequentemente na Prática Baseada em Evidências (PBE), que permite a inclusão das evidências na prática clínica e são recomendadas para revisões sistemáticas (Mendes et al., 2008; Santos et al., 2007).

> Ao viabilizarem, de forma clara e explícita, um resumo de todos os estudos sobre determinada intervenção, as revisões sistemáticas nos permitem incorporar um espectro maior de resultados relevantes, ao invés de limitar as nossas conclusões à leitura de somente alguns artigos. Outras vantagens incluem a possibilidade de avaliação da consistência e generalização dos resultados entre populações ou grupos clínicos, bem como especificidades e variações de protocolos de tratamento (Sampaio & Mancini, 2007).

2.1 Estratégia de pesquisa e seleção de estudos

Incluíram-se artigos disponíveis na íntegra, relacionados unicamente à temática do estudo, publicados em português, inglês ou espanhol, indexados nas bases de dados da SciELO, da USA National Library of Medicine (PubMed) e da Virtual Health Library (BVS), utilizando-se um recorte temporal de 2 anos, justificado pelo início da pandemia. Os descritores utilizados para a busca dos artigos foram "abuso infantil", "COVID-19", e a combinação foi realizada com a utilização do operador boleano "AND".

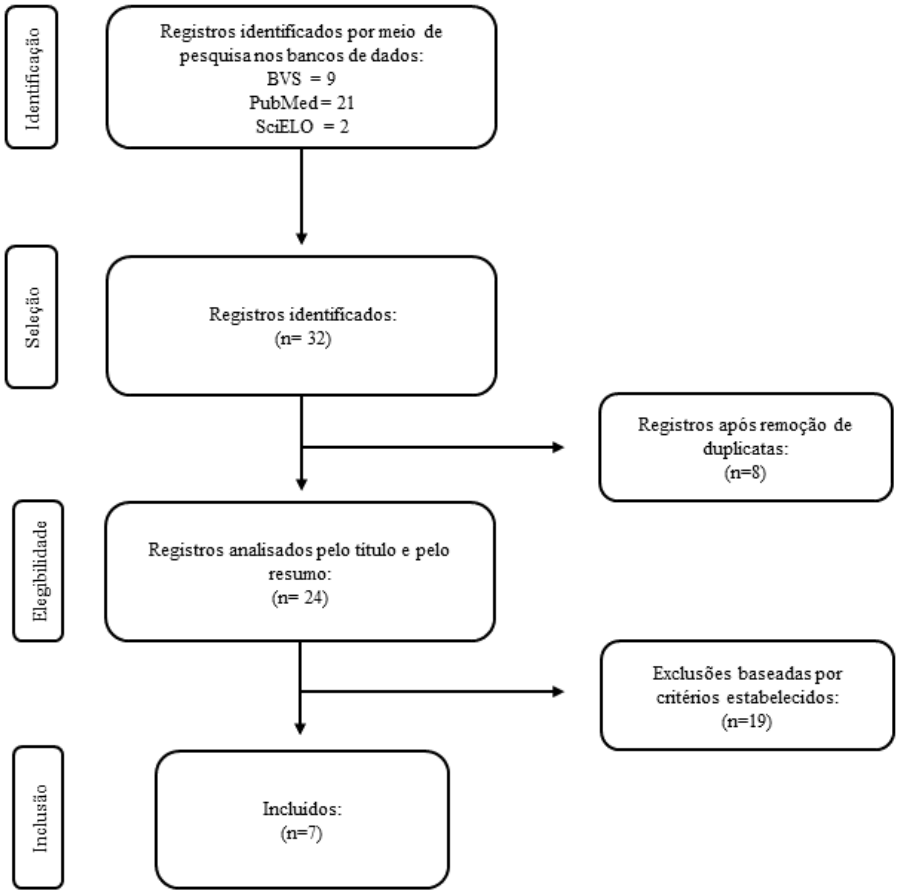
Como critérios de exclusão: (1) guidelines; (2) estudos que perpassavam sobre a temática proposta; e (3) os que apresentavam duplicata. Foi utilizado o protocolo Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses (PRISMA) para realizar a seleção dos trabalhos.

3. Resultados e Discussão

Na pesquisa foram encontrados 32 estudos, sendo 9 na BVS, 21 na PubMed e 2 na SciELO. Apenas 7 estudos preencheram os critérios de elegibilidade e foram compreendidos para realização da revisão sistemática. As etapas do processo de seleção de artigos para esta revisão sistemática foram demonstradas no fluxograma PRISMA (Figura 1).

As características dos estudos incluídos nesta revisão sistemática foram sintetizadas na Tabela 1. Sete artigos foram considerados elegíveis para inclusão no presente estudo, consistindo em um estudo prognóstico (Katz et al. 2021a); um estudo de etiologia (Katz et al., 2021b); um artigo original (Marques et al., 2021); um estudo observacional (Martins-Filho et al., 2020), dois estudos de prevalência (Oliveira et al., 2021; Platt et al., 2021) e uma revisão de escopo (Silva et al., 2021).

Figura 1 - Fluxograma de seleção e triagem dos estudos.



Fonte: Autores (2022).

Tabela 1 - Características dos estudos incluídos na revisão sistemática.

Autor	Tipo de Estudo	Ano	Título	Resultados
Katz et al.	Estudo prognóstico.	2021	Child maltreatment in the time of the COVID-19 pandemic: A proposed global framework on research, policy and practice.	A pandemia do COVID-19 evidenciou a necessidade urgente de avançar tanto na teoria quanto na prática para garantir os direitos das crianças à segurança durante qualquer pandemia.
Katz et al.	Estudo de etiologia.	2021	Child maltreatment reports and Child Protection Service responses during COVID-19: Knowledge exchange among Australia, Brazil, Canada, Colombia, Germany, Israel, and South Africa.	A COVID-19 teve um impacto significativo na operação de todos os serviços de proteção infantil (SPI), seja em países de alta ou baixa renda.
Marques et al.	Artigo original.	2020	Violence against women, children, and adolescents during the COVID-19 pandemic: overview, contributing factors, and mitigating measures.	Diante do aumento, nota-se a necessidade de implementação de inciativas governamentais e não-governamentais (campanhas publicitárias, redes de saúde, entre outros).
Martins-Filho et al.	Estudo observacional.	2020	Decrease in child abuse notifications during COVID-19 outbreak: A reason for worry or celebration?	O aumento dos casos de violência doméstica, incluindo abuso infantil é alarmante e pode estar associado a restrições financeiras, pressão em cima dos pais, entre outros.

Oliveira et al.	Estudo de prevalência.	2021	Epidemiological Study of Violence against Children and Its Increase during the COVID-19 Pandemic.	O sexo feminino (SF) apresente maior prevalência de violência sexual, com idade entre 2-9 e 14-18 anos, vitimizadas em suas casas, por agressores do sexo masculino, principalmente pelos progenitores.
Platt et al.	Estudo de prevalência.	2021	Violence against children and adolescents: notification and alert in times of pandemic.	Ocorreu uma redução de 55,3% das notificações durante período de isolamento, e foram listadas as dificuldades encontradas na busca por instituições de proteção e assistência.
Silva et al.	Revisão de escopo.	2021	Evidence on the impacts of COVID-19 pandemic on violence against children: scoping review.	A pandemia da Covid-19 teve inúmeros impactos em relação à violência infantil. Destacaram-se também crimes por exploração sexual infantil online e número de estupros de menores perpetrado por membros da família.

Fonte: Autores (2022).

3.1 Aumento dos casos

Martins-Filho et al. (2020) realizou uma coleta de dados no estado de Sergipe, Nordeste do Brasil, reconhecida como a região mais pobre do país, no qual notou um aumento nos casos de violência doméstica, incluindo abuso infantil, que possivelmente está associado à inúmeros fatores como restrições financeiras, aumento da carga sobre os pais devido ao fechamento das escolas, estresse dos pais, dificuldade em lidar com a "irritabilidade" das crianças durante o período de isolamento, convivência diária em um ambiente de risco com possíveis agressores, além é claro da ruptura das redes de apoio social e da redução dos serviços de proteção às crianças.

> O isolamento social necessário aumenta a possibilidade de aliciamento, pois o menor não está sob cuidado de outros adultos em seu período de contato com a sociedade, à exemplo da escola. Além disso, alguns agressores, que antes passavam parte do dia fora de casa, trabalhando, tiveram seus contratos de trabalho suspensos, foram demitidos ou começaram a trabalhar em regime de home office em razão da pandemia, ou seja, passaram a permanecer em casa em tempo integral, com mais tempo para a prática de agressões sexuais (Fumagali & Ato Santos, 2021).

No estado de São Paulo, Oliveira et al. (2021) relataram que analisando o percentual de notificações de violência infantil, observou-se um aumento no número total de atendimentos de emergência a cada semestre. Os dois semestres de 2020 apresentam índices de violência superiores aos demais semestres dos anos anteriores.

Katz et al. (2021a) evidenciaram a necessidade urgente de abordagem sobre os maus-tratos infantis durante a pandemia, em conjunto com uma mudança teórica e prática sobre processos estruturais em fatores de risco e proteção que são significativamente influenciados pelo contexto societário de vários países.

Marques et al. (2021), constaram a redução da coesão social durante o período pandêmico, asseverando que o acesso aos serviços públicos e instituições que consistem na rede social dos indivíduos, e inúmeros fatores no nível comunitário, relacional – que envolve a convivência da vítima com o agressor – e individual – conhecidos como "estopins" para as violências frequentes e nunca justificadas –, são cruciais.

> A busca por ajuda, proteção e alternativas está prejudicada devido à interrupção ou diminuição das atividades em igrejas, creches, escolas e serviços de proteção social, bem como pelo deslocamento das prioridades dos serviços de saúde para as ações voltadas à assistência aos pacientes com sintomas respiratórios e casos suspeitos e confirmados de COVID-19 (Marques et al., 2021).

Silva et al. (2021) apontaram uma interrupção de acompanhamento e monitoramento pelos serviços de proteção das crianças em risco, que foi seguida do aumento de casos não confirmados, além é claro da dificuldade de identificação e

comunicação dos casos de violência com um consequente crescimento das denúncias.

3.2 Impacto da pandemia de COVID-19 nos serviços de proteção infantil

Conforme Katz et al. (2021b), a COVID-19 teve um impacto significativo na operação de todos os serviços de proteção infantil (SPI) em âmbito mundial, independentemente da renda. Os fatores de risco para crianças aumentaram, ao mesmo tempo que houve uma diminuição temporária nos relatos de maus-tratos infantis.

Os autores Platt et al. (2021) apresentam que no estado de Santa Catarina ocorreu uma diminuição de 55,3% das notificações registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) durante o período de isolamento, e foram listadas dificuldades encontradas na busca por instituições de proteção e assistência.

> (...) a interrupção dos serviços de transporte coletivo, que impôs dificuldades de deslocamento e acesso aos serviços de saúde. O medo de contaminação, o isolamento social imposto, as limitações para afastamento do lar, somados às dificuldades financeiras decorrentes da pandemia, podem ter constituído entraves para a denúncia de violência e procura de assistência e a consequente diminuição de notificações (Platt et al., 2021).

3.3 Taxas de incidência

Dentre as vítimas de 0 até 9 anos, as meninas representam 77%, já entre as vítimas de 10 e 19 anos, o sexo feminino corresponde por 91% dos registros, ou seja, 86,9% das vítimas de abuso sexual infantil (ASI) são meninas, e apresentam uma média de 45 mil estupros entre o período de 2017 e 2020. A maioria das vítimas em todas as faixas etárias são do sexo feminino e quanto mais velha a vítima, maior a chance de ela ser menina, segundo os dados apresentados. Quando aos autores, 85,2% eram conhecidos das vítimas e 96,3% eram do sexo masculino – parentes, pessoas próximas com livre acesso às crianças o que dificultam ainda mais o processo de denúncia (UNICEF & FBSP, 2021).

> O abuso sexual costuma ocorrer em segredo e é imposto por violência, ameaças ou mesmo sem palavras, segredo que tem como função manter uma coesão familiar e proteger a família do julgamento de seu meio social. Como o agressor, na maioria das vezes, é alguém da família, há uma maior demonstração de interesse, afeto e proteção, nos quais o agressor se aproveita da relação de confiança e de responsabilidade pelo cuidado da vítima. Essas abordagens podem se tornar frequentes e abusivas, o que acaba por gerar insegurança e dúvida na criança ou no adolescente (Silva & Lucena, 2022).

A subnotificação é evidente no que tange aos meninos – estudos direcionam o fenômeno ao machismo estrutural. Sobre a análise do perfil racial das vítimas, 50,7% são negras, 48,7% brancas e 0,3% amarelas/indígenas. No que remete as crianças indígenas os dados são escassos – o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) notificou apenas 11 casos de VSCA indígenas durante 2019 e 2020.

3.4 Consequências físicas e psicológicas

Inúmeras consequências psicológicas, físicas dos casos de ASI e biológicas, por decorrência também do vírus, foram encontradas neste estudo. A violência física e sexual pode ocasionar, de acordo com Oliveira et al. (2021), hospitalizações, comprometimento mental e funcional, e a morte. A exposição à violência frequente, resulta em comportamentos de alto risco, como ideação suicida, automutilação, dependência química, prostituição, ansiedade, agressividade, comprometimento do desempenho escolar e cognitivo, predisposição a comorbidades cardíacas crônicas, diabetes, câncer, e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) entre crianças.

> Choro, tristeza, distúrbios alimentares, distúrbios do sono, além de diversos estudos apontarem TEPT como um dos principais impactos, gravidez precoce e ISTs também foram consequências biológicas encontradas. Pode-se afirmar que ASI é um fator de risco como preditor de diversas consequências físicas e emocionais nas vítimas, sempre levando em conta que apesar de inúmeras consequências serem apontadas (Salgado & Faria, 2019, p. 40).

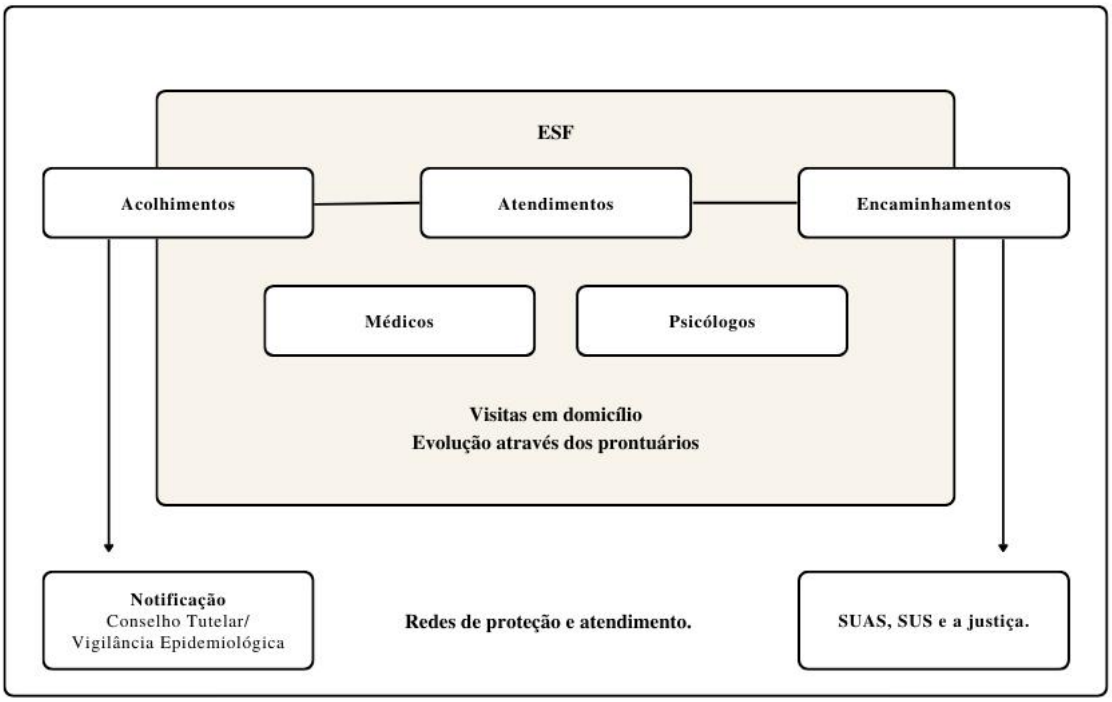
3.5 A fundamentalidade de políticas públicas e dos profissionais de saúde

As sequelas da violência para criança são inúmeras e se propagam normalmente entre gerações. As experiências adversas durante a infância, se constituem em fatores de risco para múltiplos transtornos psiquiátricos e suicídio, além do tabagismo, abuso de drogas e álcool e comportamentos sexuais de risco (Marques et al., 2021). Ademais, as violências presenciadas pelas vítimas, especialmente em suas casas, podem gerar uma normalização, sendo naturalizados e adotados como modelo de comportamento, perpetuando assim ciclo da violência (Krug et al., 2002).

A prevenção de ASI auxilia não apenas para os cuidados voltados aos distúrbios mentais e físicos, mas também inclui as ISTs e acima de tudo a perpetuação da violência que a tinge a sociedade como em um todo. Reconhece-se a necessidade de fornecer um cuidado ampliado em saúde, compreendendo especialmente indissociabilidade da vigilância e da atenção em saúde, tendo a como base a notificação de violência a função de disparador do cuidado, conforme o fluxo detalhado na Figura 2. (BRASIL, 2020).

> Nesse aspecto, é importante reconhecer o papel estratégico e estruturador da atenção primária à saúde e do agente comunitário de saúde, que constitui o elo entre comunidade e serviço de saúde, dentro do território. Torna-se, ainda, fundamental sensibilizar e treinar as equipes de saúde para a captação de casos, muitas vezes disfarçados e velados, e manejo correto. Para além disso, torna-se essencial trabalhar o tema das violências nas comunidades, para promover a compreensão do problema pela sociedade, enfrentando o processo de naturalização da violência (BRASIL, 2020).

Figura 2 - Fluxo de atendimento nos casos de VSCA na Estratégia de Saúde da Família (ESF) e sua relação com a rede de proteção e atendimento. É notável a presença e a imprescindibilidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único de Saúde (SUS).



Fonte: Adaptação nossa dos autores Setti et al. (2022).

4. Considerações Finais

O aumento dos casos é evidente no Brasil (Katz et al. 2021a; Martins-Filho et al., 2020; Oliveira et al., 2021; Silva et al., 2021) principalmente em crianças e adolescentes do SF (Oliveira et al., 2021; UNICEF & FBSP, 2021), e que o isolamento social limitou a possibilidade de as vítimas acionarem as redes de apoio (Katz et al. 2021b; Platt et al., 2021).

Frisa-se que identificação dos grupos vulneráveis e a proteção destes, só ocorre através da sua notificação e do desenvolvimento de políticas públicas em todas as esferas – saúde, assistência social, educação, segurança pública etc. – e é claro, da sociedade civil (Marques et al., 2021; Platt et al., 2021; Silva et al., 2021).

Pinheiro et al. (2017) revelam a necessidade de capacitação dos profissionais de saúde e professores nas escolas em um contexto pedagógico, pois o despreparo ainda é evidente e as dúvidas persistem por parte dos alunos.

> A formação e a qualificação profissional há muito tempo são foco de constantes discussões no âmbito da educação brasileira. Os profissionais cada vez mais sentem e alegam despreparo acadêmico e educação permanente insuficiente para a abordagem de diversos temas, dentre eles a sexualidade e a educação sexual (Pinheiro et al., 2017).

A pedagoga e educadora sexual Caroline Arcari, assevera que quanto menos informações forem tratadas, de forma mais precoce será iniciada a vida sexual. É imprescindível a inclusão do conceito de sexualidade, às vivências, descobertas, identidades, emoções, partes íntimas, noções envolvendo consentimento, sempre levando em consideração o desenvolvimento psicossexual da criança e do adolescente (Almeida, 2019).

> (...) a educação sexual deve, antes de tudo, fortalecer adolescentes, fomentar o sentimento de estima relacionado ao seu corpo, aos valores pelos quais opta, sensibilizando cada um para que sinta o mesmo em relação ao outro, mesmo quando este lhe seja díspar (Pantoja et al., 2022).

Ou seja, educação é a forma mais eficaz de promoção à informação, compreensão e desenvolvimento. De tal forma que se mostra indispensável a conscientização de todas as partes envolvidas, impedindo assim, situações indesejadas, como a gravidez precoce, ISTs, possibilitando na identificação de abusos sexuais, evitando traumas físicos, emocionais e psíquicos (Fumagali & Ato Santos, 2021).

O processo de conscientização e capacitação é indispensável e deve ocorrer desde o processo de graduação dos profissionais de saúde, até a constante atualização de dados atualizados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) anualmente.

Referências

Almeida, T. (2019). Precisamos superar o mito de que a educação sexual pode erotizar crianças. *Futura.* https://www.futura.org.br/educacao-sexual-na-infancia/

Baptista, R. S., França, I. S. X. D., Costa, C. M. P. D., & Brito, V. R. D. S. (2008). Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela. *Acta Paulista de Enfermagem*, *21*(4), 602-608. https://doi.org/10.1590/s0103-21002008000400011

Brasil. (1990). Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

Brasil. (2020). Ministério da Saúde. Análise das notificações e mortes por violência envolvendo crianças em 2018. Coordenação-Geral de Vigilância de Agravos e Doenças Não Transmissíveis (CGDANT/DASNT/SVS). In: Boletins Epidemiológicos. Secretaria de Vigilância em Saúde, 51(28).

Cerqueira, D., Ferreira, F., Bueno, S., Alves, P. P., Lima, R. S. de, Marques, D., Silva, F. A. B. da Lunelli, I. C., Rodrigues, R. I., Lins, G. de O. A., Armstrong, K. A., Lira, P., Coelho, D., Barros, B., Sobral, I., Pacheco, D., & Pimentel, A. (2021). Atlas da Violência 2021. São Paulo: FBSP https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf

Conselho Indigenista Missionário (CIMI). (2020). Relatório de violência contra povos indígenas. Dados de 2019, Brasília, DF.

Conselho Indigenista Missionário (CIMI). (2021). Relatório de violência contra povos indígenas. Dados de 2020, Brasília, DF.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2021) Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.

Fumagali, E. O., & Ato Santos, C. C. (2021). Abuso sexual de crianças e adolescentes no Brasil em tempos de COVID-19: A educação como forma de prevenção. *Caderno de Graduação - Ciências Humanas E Sociais - UNIT - SERGIPE*, *6*(3), 171.

Katz, C., Priolo Filho, S. R., Korbin, J., Bérubé, A., Fouché, A., Haffejee, S., Kaawa-Mafigiri, D., Maguire-Jack, K., Muñoz, P., Spilsbury, J., Tarabulsy, G., Tiwari, A., Thembekile Levine, D., Truter, E., & Varela, N. (2021). Child maltreatment in the time of the COVID-19 pandemic: A proposed global framework on research, policy and practice. *Child Abuse & Neglect*, *116*, 104824. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104824

Katz, I., Katz, C., Andresen, S., Bérubé, A., Collin-Vezina, D., Fallon, B., Fouché, A., Haffejee, S., Masrawa, N., Muñoz, P., Priolo Filho, S. R., Tarabulsy, G., Truter, E., Varela, N., & Wekerle, C. (2021). Child maltreatment reports and Child Protection Service responses during COVID-19: Knowledge exchange among Australia, Brazil, Canada, Colombia, Germany, Israel, and South Africa. *Child Abuse & Neglect*, *116*, 105078. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105078

Krug, E. G. et al. (2002). World report on violence and health. Geneva, World Health Organization (WHO).

Marques, E. S., Moraes, C. L. D., Hasselmann, M. H., Deslandes, S. F., & Reichenheim, M. E. (2020). Violence against women, children, and adolescents during the COVID-19 pandemic: overview, contributing factors, and mitigating measures. *Cadernos de Saúde Pública*, *36*(4). https://doi.org/10.1590/0102-311x00074420

Martins-Filho, P. R., Damascena, N. P., Lage, R. C., & Sposato, K. B. (2020). Decrease in child abuse notifications during COVID-19 outbreak: A reason for worry or celebration? *Journal of Paediatrics and Child Health*, *56*(12), 1980-1981. https://doi.org/10.1111/jpc.15213

Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. D. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, *17*(4), 758-764. https://doi.org/10.1590/s0104-07072008000400018

Oliveira, S. M. T., Galdeano, E. A., da Trindade, E. M. G. G., Fernandez, R. S., Buchaim, R. L., Buchaim, D. V., da Cunha, M. R., & Passos, S. D. (2021). Epidemiological Study of Violence against Children and Its Increase during the COVID-19 Pandemic. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *18*(19), 10061. https://doi.org/10.3390/ijerph181910061

Salgado, I. T., & Faria, M. R. G. V. (2019). Abuso sexual infantil: consequências para saúde mental de crianças e adolescentes. Anais do I e do II seminário de produção científica do curso de psicologia da UniEVANGÈLICA, Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÈLICA). http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/1134

Sampaio, R., & Mancini, M. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira De Fisioterapia*, *11*(1), 83-89. https://doi.org/10.1590/s1413-35552007000100013

Santos, C. M. D. C., Pimenta, C. A. D. M., & Nobre, M. R. C. (2007). The PICO strategy for the research question construction and evidence search. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, *15*(3), 508-511. https://doi.org/10.1590/s0104-11692007000300023

Santos, R., Souza, V., Pontes, G., Leão, L., & Carvalho, P. (2022). Sexual violence against children and adolescents during the COVID-19 pandemic: data from 2020 at a reference service in the State of Pará. *Residência Pediátrica*, *12*(1). https://doi.org/10.25060/residpediatr-2022.v12n1-805

Setti, S. M., Trindade, A. D. A., & Hohendorff, J. V. (2022). Atuação da Estratégia Saúde da Família em Casos de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *22*(1), 105-124. https://doi.org/10.12957/epp.2022.66482

Silva, G. O., & Lucena, P. M. de B. (2022). A violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto da pandemia de COVID-19. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação da Universidade Potiguar como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito. Universidade Potiguar. https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/25236

Pantoja, J. C., Marques, B. M., Borges, H. K. F., Miguel, T. F., Fagotti, M. E. C., Barbosa, D. M., Garcia, A. B. B., Sampaio, L. M. S., Ribeiro, M. C. T., & Martinez, S. (2022). Sex education for teenagers during the COVID-19 pandemic: Report of an Extension Project. *Research, Society and Development*, *11*(3), e41511326207. https://doi.org/10.33448/rsd-v11i3.26207

Pinheiro, A. D. S., Silva, L. R. G. D., & Tourinho, M. B. A. D. C. (2017). A estratégia saúde da família e a escola na educação sexual: uma perspectiva de intersetorialidade. *Trabalho, Educação e Saúde*, *15*(3), 803-822. https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00084

Platt, V. B., Guedert, J. M., & Coelho, E. B. S. (2021). Violence against children and adolescents: notification and alert in times of pandemic. *Revista Paulista de Pediatria*, *39*. https://doi.org/10.1590/1984-0462/2021/39/2020267

Silva, M. C. B. D., Araújo, I. I. D., Souza, T. A. D., Oliveira, L. P. B. A. D., Silva, J. L. D., & Barros, W. C. T. D. S. (2021). Evidence on the impacts of COVID-19 pandemic on violence against children: scoping review. *Texto & Contexto - Enfermagem*, *30*. https://doi.org/10.1590/1980-265x-tce-2021-0058